

Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre parâmetros metodológicos para a pesquisa em arquivos de agentes ligados à configuração da cultura escrita. Nos últimos anos, o "aparecimento" de arquivos de editoras deu lugar a certa euforia e projetos para reuni-los e disponibilizá-los para estudo. O encantamento que parece derivar dessas valiosas ações pode conduzir à naturalização dos acervos editoriais como um passo evidente do assentamento de um campo de pesquisas de recente formação. Contra esse mágico perigo, o aproveitamento dos seus conteúdos surge ao *aplicar a dúvida metódica sobre os arquivos como espaços de pesquisa*: como, quando, onde surgem essas reservas documentais? Qual é sua especificidade e de que modo exigem esquemas de interpretação apropriados? Algumas destas questões são pensadas na objetivação da minha própria relação de pesquisa com os arquivos da editora José Olympio. Através desse exercício apresento a história desse arquivo e as suas possibilidades de existência em diversos momentos da trajetória desta empresa-cultural. Entre outros aspectos, analiso a evolução e dispersão do arquivo; os usos que o próprio José Olympio fez dos documentos do arquivo como emblemas de grandeza cultural e *os diferentes estados desse arquivo não como uma coleção de documentos, mas como um espaço social*, quero dizer, como um fato produzido pela ação humana e definido a partir das práticas e dos interesses específicos daqueles que podemos chamar de guardiões do arquivo e da memória de um âmbito social.

Palavras-chave:

etnografia de arquivos, sociologia reflexiva, editora José Olympio

À memória de Sebastião Macieira

"Mas, infelizmente, os editores costumam tratar seus arquivos como lixo."
Robert Darnton, *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Cia. das Letras 1990, p. 124

"De hecho, no puedo entusiasarme con ningún tipo de
historia que esté vacía de seres humanos"
Robert Darnton, "Retorno a qué es la historia del libro",
Prismas. Revista de historia intelectual 12, 2008 -2007, p. 158.

A reflexão sobre a relevância dos arquivos para a história do livro marcou a introdução do principal trabalho que eu realizei sobre a edição no Brasil. *Brasilianas. A Casa José Olympio e a instituição do livro nacional*, minha tese de doutorado logo publicada com título modificado pela Edusp¹, apresenta um estudo da diferenciação da figura do editor (ou função editor, para usar a analogia foucaultiana) no Brasil e de um mercado do livro de dimensões nacionais, entre fins das décadas de 1920 e de 1940. Atento a casuística do conceito de campo, esse problema gira em torno de um estudo da trajetória do editor e da livraria José Olympio.² Como será tratado a seguir, a escolha desse referente esteve ligada à minha “descoberta” de um arquivo dessa empresa cultural.³ Já passaram mais de dez anos desse trabalho, mas parece ser agora o tempo de uma discussão coletiva sobre a significação dos arquivos,⁴ a partir da qual se possam problematizar as consequências metodológicas e teóricas das relações dos pesquisadores com os acervos documentais. Esse debate parece relevante para abonar os estudos sobre a cultura escrita e impressa no Brasil, na América Latina, para além destes continentes. Efetivamente, o sustentado crescimento do campo de estudos sobre o livro e a edição no país luso-americano permitiu dispor, ao longo dos anos 2000, de um conjunto de experiências análogas (trabalhos historiográficos baseados em fontes recuperadas nos arquivos das editoras Francisco Alves, Companhia Editora Nacional, Civilização Brasileira, Melhoramentos, etc.) que convidam a avaliar sob outra perspectiva o que foi realizado em um período anterior, em que quase não havia estudos sobre as práticas editoriais no Brasil.⁵ De modo correlativo ao reconhecimento acadêmico dessa área de estudos, a edição também ganhou novas feições como problema social. Para isto tomo em consideração um fato que reforça o interesse para voltar sobre a história dos arquivos da editora José Olympio: refiro-me à doação do arquivo dessa empresa à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em setembro de 2006.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a necessidade de aproveitar este momento genético para expandir o olhar e assentar parâmetros metodológicos para a pesquisa em arquivos de agentes ligados à configuração da cultura escrita. Nos últimos anos, o “aparecimento” de arquivos de editoras deu lugar a certa euforia e projetos para reuni-los e disponibilizá-los para estudo. O encantamento que parece derivar dessas valiosas ações pode conduzir à naturalização dos acervos editoriais como um passo evidente do assentamento de um campo de pesquisas de recente formação. Contra esse mágico perigo, o aproveitamento dos seus conteúdos surge ao aplicar a dúvida metódica sobre os arquivos como espaços de pesquisa: como, quando, onde surgem essas reservas documentais? Qual é sua especificidade e de

1 Gustavo Sorá. *Brasilianas. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010.

2 Gustavo Sorá. «La Maison et l'Entreprise. José Olympio et l'évolution de l'édition au Brésil». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 126 – 127 (1999), pp. 90 – 102; Gustavo Sorá, *Brasilianas... op. cit.*; “A arte da amizade. José Olympio, o campo de poder e a edição dos livros autenticamente brasileiros”. *Antropolítica. Revista contemporânea de antropologia cultural e ciência política* nº 30 (2011).

3 A tese referida foi orientada por Afrânio Garcia e Luiz de Castro Faria, e defendida no Programa de pós-graduação em Antropologia social do Museu Nacional (UFRJ), em 1998. As principais modificações da versão em livro editada pela Edusp em 2010 correspondem à introdução. Mas a motivação para voltar sobre a questão dos arquivos editoriais aberta pelo colóquio “Arquivos, memória editorial e história da vida literária no Brasil” (organizado por Aníbal Bragança na Academia Brasileira de Letras – Rio de Janeiro, 12 e 13 de maio de 2009), permitiu conceitualizar de um modo mais aprofundado às consequências da minha experiência de trabalho com os arquivos da Livraria José Olympio. Para além da redundância na caracterização empírica do meu vínculo com o arquivo (já apresentada na tese e no livro), esses dados ganham aqui outro quadro interpretativo. Em certa medida, o presente texto aproveita a chance de reorientar o tema da pesquisa em arquivos de editoras para questões mais gerais, relativas aos meus atuais pontos de vista sobre rumos e relações não somente da pesquisa em sociologia e história da edição, mas também da literatura, dos intelectuais, dos mercados culturais, das relações entre cultura e política.

4 Tempo certamente iniciado com o colóquio “Arquivos, memória editorial e história da vida literária no Brasil”, organizado por Aníbal Bragança na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 12 e 13 de maio de 2009.

5 À exceção da extensa historiografia de Laurence Hallewell (*O livro no Brasil. Sua História*. São Paulo: Edusp – Queros, 1985) ou das aproximações parciais de cientistas sociais como Sérgio Miceli (*Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. São Paulo: Difel, 1979) e Heloisa Pontes (“Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das ‘Coleções Brasilianas’, nas décadas de 1930, 40 e 50”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* nº 26 (1988), pp. 56 – 89). De maneira paralela à minha pesquisa se produziram outras teses de mestrado e doutorado (por exemplo: Pedro R. Bodê de Moraes. *Fidalgos do café e livros do Brasil. Monteiro Lobato e a criação de editoras nacionais*. Dissertação de mestrado, PPGAS - Museu Nacional – UFRJ, 1995).

que modo exigem esquemas de interpretação apropriados? Algumas destas questões são pensadas na objetivação da minha própria relação de pesquisa com os arquivos da editora José Olympio. Através desse exercício apresento a história desse arquivo e as suas possibilidades de existência em diversos momentos da trajetória desta empresa-cultural. Entre outros aspectos, analiso a sua evolução: Quando pode ter começado a ser organizado? Quando passou a ser uma marca da grandeza cultural da Casa? Quando e por que foi “abandonado” e como se torna hoje em dia um tesouro da nação? Em segundo lugar, abordo os usos que o próprio José Olympio fez dos documentos do arquivo como emblemas da riqueza de uma história que o editor, em vida, sentia que ninguém reconhecia, especialmente durante a fase de profunda crise que viveu a empresa e o próprio editor a partir de meados dos anos 70. Em terceiro lugar, observo os diferentes estados desse arquivo não como uma coleção de documentos, mas como um espaço social, quero dizer, como um fato produzido pela ação humana e definido a partir das práticas e dos interesses específicos daqueles que podemos chamar de guardiões do arquivo e da memória de um âmbito social. Neste caso trata-se de uma editora, mas poderia ser uma escola, um ministério, um clube ou uma família. De modo indireto, almejo que o presente trabalho permita pensar: até que ponto o avanço de uma área de pesquisa depende da disposição de acervos documentais ou do acesso a eles? De que modo o estado dos arquivos reflete questões mais gerais sobre a cultura e a sociedade que os tem produzido, esparcido ou eliminado? Em que medida a reflexão sobre os arquivos representa um limiar para o conhecimento?

1. Encantamento do arquivo

“Ouro em papel”. Assim qualificou Muniz Sodré a doação dos arquivos da Livraria José Olympio à Biblioteca Nacional, instituição que presidia na segunda metade dos anos 2000. Também se falou de tesouro, de dádiva preciosa. O evento aconteceu em setembro de 2006 e os doadores foram Geraldo Jordão Pereira, filho de José Olympio Pereira Filho,⁶ e os herdeiros de Henrique Sérgio Gregori,⁷ proprietário da editora após sua compra, em 1984, até meados dos anos 90. A Petrobrás financiou o projeto de restauração e catalogação do arquivo. Daqui a muitos anos, a mesa de leitura, como uma mina de ouro, estará servida para o historiador. Com o passar do tempo, o pesquisador que visite tal arquivo muito possivelmente utilizará os documentos “naturalmente”, como lhe ensinaram, sem enxergar rastros que lhe permitam pensar na concepção desse arquivo, as suas *derivas ao longo do tempo, as suas mudanças de estado e realocalizações, processos todos que marcaram os documentos que contém e que incidiram e incidirão nas possibilidades de seu uso e interpretação.*

6 Geraldo Jordão Pereira (1938-2008) foi o primeiro filho de José Olympio e de Vera Pacheco Jordão. Seus pais se separaram quando ele tinha dois anos. Ele e sua irmã Vera moraram no estrangeiro em diversas fases da formação da mãe em ciências humanas e jornalismo. Geraldo só voltou a se aproximar do seu pai ao iniciar a universidade. Quis começar nos postos inferiores dos trabalhos de edição para conhecer cada fase do ofício. A inícios dos anos 60 realizou um estágio formativo nos Estados Unidos e dali em diante ganhou protagonismo como principal agente das transformações da editora José Olympio: participação na Bolsa de Valores, racionalização de todos os departamentos, contratos de edição internacionais com Times-Life, por exemplo. Esse protagonismo causou que Geraldo se sentira muito abalado com o declínio da empresa a inícios dos anos 70, no período da “crise do petróleo”. A editora finalmente quebrou e foi resgatada pelo BNDES como patrimônio da cultura nacional: Dali em diante a família perdeu o controle acionário. Em 1976, Geraldo fundou Salamandra, sua própria editora, especializada no gênero da autoajuda. Em 1996, esta empresa passou a chamar-se Sextante ao ingressarem à atividade dois dos seus quatro filhos.

7 Em 1984, a editora José Olympio foi comprada pelo empresário Sergio Henrique Gregori, dono por aqueles anos da empresa Xerox do Brasil. Advogado, paulista, a inícios dos anos 70 ele foi acionista da editora. Ana Elisa, a sua esposa, foi uma escritora com certo renome, editada pelo selo José Olympio. A venda foi acompanhada por um debate público de tom nacionalista.

A construção de arquivos como tema propriamente editorial

“Daqui a muitos anos”, diz-se no parágrafo anterior. Assim eu escrevi na primeira versão do texto, escrito em 2009. Prefiro deixar essa frase inalterada como traço ou evidência da relação entre reflexão teórica sobre arquivos e o processo de transformação dos mesmos em bem público. Este é o eixo da minha contribuição. Três anos após a doação, havia sido catalogado 20% do acervo. Essa tarefa certamente pode ter demorado alguns anos mais. Não sei se já foi concluída. Não duvido que o problema temporal da finalização na construção de um arquivo público seja interessantíssimo. O arquivo de Fernando de Azevedo que guarda a Biblioteca Nacional, por exemplo, levou quase 40 anos para ser aberto ao público. Tal problema temporal é significativo dos modos como se constrói o conhecimento a partir dos acervos abertos ao público. Esse dado não interessa certamente para o meu propósito analítico aqui ensaiado, já que o foco é o meio, o processo de transformação de um acervo privado em arquivo público. Este assunto torna-se assim um objeto editorial: o tema, além de tudo, concerne aos processos gerais da ação de publicar ou tornar público um objeto ou ideia privados. Essa é a expertise específica do ofício de editor e de ofícios análogos.

Certamente, para o historiador da cultura escrita, da edição, dos intelectuais, as fontes documentais deveriam ser tanto o material escrito, acumulado, distribuído e apropriado como qualquer outro objeto impresso ou manuscrito, público ou privado, submetido aos critérios analíticos da bibliografia material e da sociologia dos textos.⁸ Portanto, não iniciar a indagação sobre a natureza e significações do material documental que pode formar a base das nossas indagações é anular a importância decisiva dos primeiros dados. Obviar a história de qualquer acervo conduz a uma ilusão historiográfica, a uma falácia positivista: ali está a história desta ou daquela empresa cultural, de capítulos significativos da história cultural de uma nação. Embora esta pareça uma questão superada na teoria da história, *os poderes simbólicos ligados ao arquivo enquanto instituição impõe a estrita arbitrariedade das suas regras sobre os sentidos práticos do pesquisador*. Em sentido restrito, o grau de institucionalização de um arquivo aumenta à medida que passa do privado para o público. Em senso lato, a ordem do arquivo sempre orienta as formas possíveis de sua utilização por efeito das formas de classificação explícitas ou implícitas que marcam a sua configuração.

A chegada de um primeiro arquivo de editor à Biblioteca Nacional parece um rito de instituição:⁹ consagra a figura do *editor* em um templo cultural para *autores e leitores*. Pensar os significados deste momento genético pode oferecer orientações úteis para abonar o terreno de estudos sobre o livro e a edição. Para isso se impõe amplificar com sentido antropológico os tópicos elementares para o estudo de arquivos: gênese, seleção, classificações, unidade, dispersão e, sobretudo, comunidades, classes, clãs,

8 McKenzie, Don. *Bibliografía y sociología de los textos*. Barcelona: Akal, 2005. Chartier, Roger. *Inscribir y borrar. Cultura escrita y literatura (Siglos XI – XVIII)*. Buenos Aires: Katz, 2006.

9 Pierre Bourdieu. *¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos*. Madrid: Akal, 2001 (1985).

linhagens, pessoas de carne e osso por trás dos documentos.

Pode-se dizer, em primeiro lugar, que aquela doação foi produto de um tempo muito recente em que a história da edição começa a se fazer notar no Brasil e em que a história do editor e da editora José Olympio sobressaiu como objeto de escrita, de exposição e de comemorações. Para visualizar os rastros impressos desse tempo, se deve relacionar a doação do arquivo José Olympio a outra manifestação significativa: o lançamento de três biografias dedicadas a esse editor após 2000, escritas todas elas por jornalistas ligados direta ou indiretamente à vida do famoso livreiro. Mas, dentre esses trabalhos,¹⁰ a doação parece ter sido mais diretamente relacionada ao livro *José Olympio: o Editor e Sua Casa* de José Mario Pereira, jornalista e editor da Topbooks, que foi motivado a escrever a sua biografia por Marcos Pereira, neto de José Olympio e editor do selo Sextante, e pelo reconhecido designer Victor Burton.¹¹ A feição gráfica do luxuoso livro, com mais de 500 ilustrações, parece dispô-lo como um catálogo do arquivo.

O arquivo JO foi apresentado como tesouro único e, segundo os testemunhos de imprensa sobre o evento, nesse momento não foi mencionada a existência de *outro arquivo* José Olympio no Museu História da Literatura Brasileira da Casa Rui Barbosa. O arquivo doado à Biblioteca Nacional corresponde ao acervo de "trabalho" que a editora preservava no seu depósito da Penha. O acervo da Casa Rui Barbosa é um arquivo literário ou da vida intelectual que girou em torno da Casa José Olympio e se compõe principalmente de cartas trocadas entre o editor e os atores mais destacados do cânone da literatura brasileira contemporânea. Este primeiro ou segundo arquivo "JO", pouco importa a ordem hierárquica ou temporal, foi doado pessoalmente por José Olympio em meados dos anos 1980 e, como foi dito, contém apenas uma seleção de documentos nobres. O que ele achava que merecia ser visto da sua ação como descobridor da autêntica literatura brasileira. Poder-se-ia pensar que basta ao historiador juntar as duas metades para celebrar o fato de que a totalidade pode ser reunida, que finalmente a história está ali, aguardando simplesmente para ser lida, descoberta. Será suficiente?

Em minha pesquisa, utilizei extensivamente os dispersos acervos documentais aos que me refiro. Em 1995, a eleição desse objeto, entretanto, não foi antecipada em um projeto determinado. Foi o resultado de uma descoberta etnográfica. Na deriva de meus trabalhos sobre a edição no Brasil, iniciados em 1991, não podia prever a existência de arquivos dessa ou de outra editora. Em primeiro lugar porque meu trabalho não era histórico. Em segundo lugar porque, embora mergulhasse em tudo o que fosse relativo à edição, ninguém falava de arquivos de editoras como reserva de fontes para estudos sobre edição. Simplesmente porque estes praticamente não existiam.¹² O objetivo de meu projeto de doutorado

10 A história da Livraria José Olympio valeu um amplo capítulo no livro de Hallewell (*O Livro... op. cit.*). Em 2001 apareceu a biografia *O descobridor de escritores* (Rio de Janeiro: Thex Editora) do jornalista Antônio Carlos Villaça. Cinco anos mais tarde *Rua do Ouvidor 110. Uma história da Livraria José Olympio* (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – José Olympio, 2006) de Lucila Soares, jornalista e neta do editor. São retratos emotivos de duas pessoas próximas de José Olympio. Villaça cede as primeiras linhas do livro à Rachel de Queiroz: "Vamos contar neste livro a história de um herói da nossa gente" (Villaça *Ibid.* p.11). Antes de iniciar a história da personagem, o jornalista dá o depoimento do seu vínculo com ela. Conhecia o editor desde 1960: "Tinha o senso da amizade, o dom da amizade. A sabedoria da amizade" (Villaça *Ibid.*, p. 36 - Sobre o poder dos laços pessoais na trajetória de José Olympio e sobre o problema mais amplo dos laços pessoais na construção do poder no Brasil, ver Gustavo Sorá. "A arte da amizade...", 2011, *op. cit.*). Soares, com sobriedade e lucidez, evita mostrar o privilégio do parentesco e combina a iluminação da genialidade de José Olympio com histórias da livraria e seu entorno.

11 Pereira, José Mario. *José Olympio: o editor e sua casa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. Segundo Lucila Soares, diretora da revista *Veja* no Rio de Janeiro e autora da referida biografia, o projeto do "grande inventário" da José Olympio feito por José Mario Pereira (para além do sobrenome não é parente de J. Olympio), "nasceu em 2002, ano do centenário do editor, num almoço entre José Mario, Marcos Pereira e Victor Burton, responsável pela concepção gráfica do livro. A empreitada revelou-se mais complexa do que se previa. O lançamento está sendo feito seis anos depois, no décimo aniversário da Sextante. O resultado beneficiou-se dessa longa gestação. A publicação ganhou mais 174 páginas em relação às 250 previstas inicialmente e, com isso, alcançou fôlego de obra de referência. Incorporou um apêndice em que se publicam depoimentos, artigos, cartas e entrevistas que retratam a editora e o editor" (Lucila Soares. "Retrato de um editor". Rio de Janeiro: *Veja* nº 2071, 30 de Julho de 2008).

12 Em seu livro, Hallewell (*O Livro no Brasil...*, 1985, *op. cit.*) não dá pistas nem reflexiona sobre os vários acervos documentais que ele consultou. A primeira vez que eu soube da existência de um arquivo de editora oferecido para pesquisa foi em 1992, durante uma entrevista a Danda Prado no seu escritório de diretora da Editora Brasiliense.

era, inicialmente, conhecer o estado do campo editorial brasileiro nos anos noventa. Entre outras questões, eu buscava conhecer os efeitos da internacionalização sobre o mundo editorial brasileiro, fato evidenciado claramente a partir de 1994, quando Brasil foi o país-tema da Feira de Frankfurt.¹³ Como ação empírica inicial, busquei compilar dados extensivos sobre as trajetórias, posições e projeções de editores e editoras de diversos perfis. Essa tarefa foi frustrada pelas dificuldades em receber respostas a questionários enviados pelo correio, em conseguir entrevistas e realizar observações dentro das editoras. Mesmo assim, consegui visitar certas empresas, atrair o interesse de alguns editores para fazer entrevistas.

Foi assim que um dia cheguei à editora José Olympio. Ali fui muito bem recebido. Com o passar dos meses, consegui breves entrevistas com a editora Maria Amélia Mello e o diretor Manoel Domingues. Mas quando cheguei pela primeira vez, os empregados que me receberam não duvidaram que o interesse de um pesquisador sobre a editora José Olympio só poderia se endereçar ao conhecimento da época de ouro.

- "O que você procura?"
- Informações sobre a empresa, os editores, suas trajetórias.
- Ah! Isso é com o Sebastião..."

Sebastião era um antigo empregado que na época da pesquisa fazia algumas tarefas no arquivo da editora, situado no depósito. Ele trabalhava na José Olympio desde 1949. Meu encontro com o arquivo da editora, mudou completamente o rumo da pesquisa. Tratava-se de uma impressionante jazida de documentos sobre a evolução do catálogo, sobre as práticas mais diversas do trabalho cotidiano da editora, sobre seus vínculos com os mercados do livro do país e do exterior, sobre as relações do editor com agentes dos espaços literário, do ensino, do jornalismo, da política. Era o meu "Neuchâtel".¹⁴ Essa decisão e as possibilidades de indagação da história do livro no Brasil estiveram estreitamente ligadas ao momento do meu encontro com aquele acervo documental. A reflexão sobre a experiência etnográfica no arquivo torna-se, por tanto, instrumento privilegiado para pensar as condições de possibilidade de uma história da editora José Olympio em particular e da história do livro no Brasil em geral.

2. O guardião de um destino

O que segue guarda o tom das notas de caderno de campo.¹⁵ O depósito de uma editora é um setor de trabalho braçal. Mas no arquivo da editora José Olympio da Rua Belisário Pena, 510, no subúrbio da Penha, Sebastião Macieira realiza um trabalho diferente dos outros, um trabalho intelectual. Cuida de um arquivo semiabandonado na parte traseira do depósito. Quase ocultas por pilhas de caixas de papelão, de barras de ferro e de pedaços de estantes, uns vinte móveis–arquivo formam um corredor transversal no fundo

Mas eu não procurava dados históricos sobre a editora fundada por Caio Prado Jr. e por Monteiro Lobato. Buscava referências sobre o seu sucessor Caio Graco da Silva Prado e dos "primeiros passos" de Luiz Schwarcz como editor. Com a expressiva aparição de Companhia das Letras em 1986, Schwarcz marcava o tempo do estado do campo editorial que eu procurava conhecer. Gustavo Sorá. "Tempo e distâncias na produção editorial de literatura". *Mana. Estudos de Antropologia Social* n° 3 (2) (1997), pp. 151-181.

13 Gustavo Sorá. "Os livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica* nº41 (1996), pp. 3-34.

14 Essa expressão remete aos trabalhos de Robert Darnton (p.e.: *Edição e sedição. O universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991). A "sua" descoberta de um arquivo como o da Société Typographique de Neuchâtel, na Suíça, lhe permitiu pensar problemas inovadores para a história cultural do Ancien Régime francês (como o lugar do contrabando de livros sediciosos além das fronteiras do Estado monárquico ou a relevância dos gêneros "imorais" para as mudanças culturais que anteciparam a Revolução, etc.), e implantar perspectivas fundadoras para um campo internacional da história do livro e da edição.

15 O tempo presente desta seção justifica-se no box "Etnografia e reflexividade".

do depósito. Em um canto, seis fichários armazenam detalhes das edições de cada um dos 5 mil títulos publicados por este selo entre 1933 e 1996. Em outro canto, grandes pastas já em desuso contêm descrições daquilo que certa vez foi a ordem desse arquivo. Muitos documentos estão desordenados, outros foram usados em tempos recentes, reunidos em pacotes e amarrados com barbante. Além do arquivo, encontram-se várias caixas contendo o que em certa época foi a biblioteca da editora, que reunia, encadernadas e numeradas, todas as edições publicadas. Neste ambiente desfigurado, somente Sebastião é capaz de reconstruir a posição dos papéis, achar fotografias, fichas, pastas. Ele lhes confere valor. A ele deve-se recorrer caso se deseje entrar no arquivo da Livraria José Olympio Editora.

Etnografia e reflexividade

A partir de Clifford Geertz (*El antropólogo como autor. Barcelona: Paidós, 1986 -1983-*), podemos pensar a etnografia como um tipo de esforço intelectual associado a um estilo de escrita. Tradição assentada na disciplina desde Malinowski, essa forma de escrita tende a reforçar a apresentação do trabalho de campo efetuado pelo autor e organiza uma retórica que parte do fato de ele ter vivido um encontro com realidades culturais espacial, temporal ou intelectualmente distantes. Escrita geralmente em primeira pessoa e em tempo presente, essa formulação convida o leitor a um relato de viagem e, nos melhores casos, indica as coordenadas que possibilitaram tal trabalho, guardando assim muitos elementos de caráter reflexivo. Embora a teoria antropológica contemporânea tenha debatido intensamente o problema da reflexividade (debate aberto a partir do referido livro de Geertz e cujo marco inicial é datado pela obra *Writing Cultures de G. Marcus e M. Fischer (eds.), Retóricas de la antropología. Madrid: Jucar, 1989 -1986-*) eu oriento a minha indagação segundo as perspectivas assinaladas por Pierre Bourdieu (*An introduction to reflexive sociology. Chicago, University of Chicago Press, 1991*). Longe de se restringir a uma arte descritiva, desde essa perspectiva a etnografia é o cerne do pensamento antropológico na medida em que representa um gênero onde se apresentam de modo privilegiado as condições da interpretação e os seus limites a partir de uma experiência de pesquisa concreta. Esta começa pela objetivação do outro e se articula com a objetivação da posição e deslocamentos do pesquisador, das condições de realização da pesquisa e dos interesses investidos na legitimação do seu objeto particular como fato de projeção geral ou teoricamente viável. Após os anos 2000 apareceram alguns estudos de antropólogos que pensam seu trabalho em arquivos (menciono apenas dois colegas do Rio de Janeiro que, em paralelo a meu trabalho, estavam iniciando essa reflexão: Olivia Cunha e Antônio Carlos de Souza Lima) e começou a ser utilizada a noção "etnografia de arquivos". Deixo para outro trabalho a avaliação geral das contribuições que a antropologia pode ter feito sobre este assunto.

O senhor Macieira aceitou ser entrevistado no meu apartamento do Leme; não achava conveniente levar alguém "de cultura" ao depósito. Após insistir sobre a importância da observação pessoal daquele lugar, voltamos a nos encontrar com Sebastião na Penha. Foi necessário lhe remarcar os objetivos e perfil do meu trabalho e solicitar autorização aos gerentes. No dia da visita deixei-me levar por sua intuição da ordem do arquivo. A meu pedido, Sebastião tinha separado velhos catálogos. Iniciamos sondagens como numa prospecção arqueológica. Perante minhas sugestões temáticas, e seguindo a sua memória, Sebastião começou a abrir gavetas. Algumas, deterioradas pelo tempo, só cediam com a ajuda de uma barra de ferro. Abrimos uma "quadrícula" nos envelopes com materiais sobre "Getúlio". A seguir, nos debruçamos sobre outro envelope, com retratos fotográficos realizados em 1952, ocasião em que esse mesmo presidente inaugurou uma placa dos editados, comemorativa dos 50 anos do editor José Olympio.

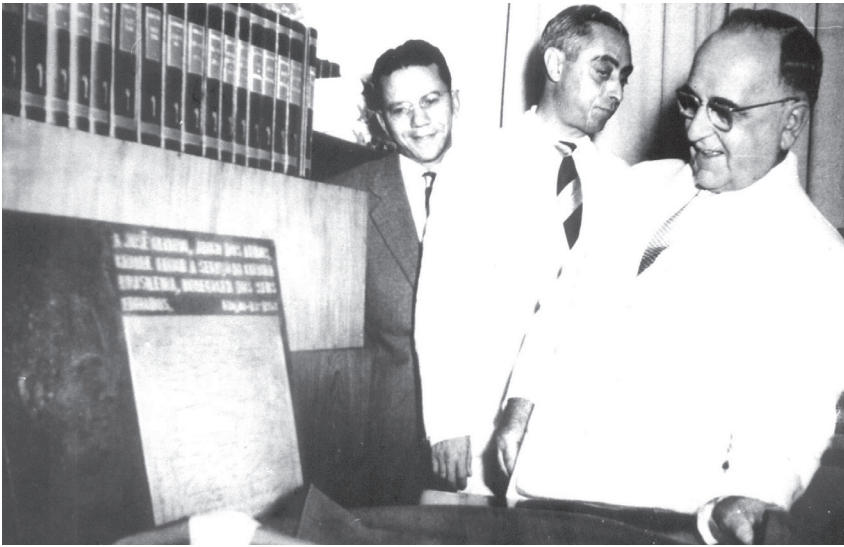
Mais tarde, outra quadrícula desenterrou uma gaveta de correspondências com editoras estrangeiras, outra com contratos de tradução, outra com cartas para políticos. Finalmente, fiquei preso nas gavetas "Gilberto Freyre", que continham dúzias de pastas discriminadas pelos títulos do famoso sociólogo. Do mesmo modo que as seções relativas a outros escritores da "geração de trinta", os principais editados na história da empresa, as pastas por livros continham todos os elementos para a composição e divulgação das edições: retratos desenhados e fotográficos dos autores, comentários da imprensa nacional e estrangeira, fragmentos de manuscritos, provas de capas, de abas, de contracapas, etc. A correspondência cruzada entre a família do editor, escritores e políticos aparecia por todos lados.

Somente Sebastião Macieira se ocupa deste arquivo. Ele é seu guardião, testemunha e personificação da memória de uma editora que já teve sua época de ouro. A trajetória de Sebastião e do arquivo, seus destinos, correm paralelos. Ali ele está. Sebastião dura como o arquivo. No fundo do depósito, portanto, da editora, Sebastião realiza um inventário manuscrito de fotos e quadros emoldurados. Seleciona documentos e elimina os que, segundo seu juízo, são descartáveis. Antes que os materiais estraguem ou sejam soterrados pela poeira desta jazida, ele imagina que aquilo que é referente a Freyre poderia ir para a Fundação Gilberto Freyre, outra parte para a Casa Rui Barbosa. Sebastião intui que um dia esse arquivo pode desabar na sua cabeça. Em parte, a trajetória do arquivo é sua trajetória: ambos pousaram no centro do mundo da cultura de um país e terminaram nos confins de um depósito suburbano.

Sebastião Macieira vem da roça. É o mais novo de cinco irmãos e três irmãs. Nasceu em 1932, no interior de Minas Gerais, e com apenas cinco anos chegou com sua família ao Catumbi, humilde bairro do centro do Rio. Certo dia, Walter, um vizinho que trabalhava como auxiliar na José Olympio, comentou a Sebastião que ali estavam recrutando gente. Essa empresa estava em rápida fase de expansão por causa do *Serviço de reembolso postal* e pelas vendas à domicílio por *crediário*, sistema habilitado legalmente em 1948. Um dia de setembro de 1949, rumou para o prédio da Bolsa, Praça Quinze, 520, segundo andar, e se inscreveu como aspirante a um posto na Livraria José Olympio Editora. Em dezembro foi admitido como *office boy*. Em 1956, já era o auxiliar mais próximo do diretor.

Sebastião puxa mil histórias, mas elas são contadas como se cedo ou tarde tivessem que confluir para um episódio deslumbrante: numa tarde de novembro de 1952, Getúlio Vargas e sua comitiva desceram na Praça XV rumo à editora. Por outra porta, relata Rachel de Queiroz¹⁶, "os escritores comunistas da Casa escapávamos". Não obstante muitos deles estamparam sua assinatura na placa de bronze, embaixo da do presidente. Os editados festejaram com honras os 50 anos de José Olympio. Getúlio descortinou a bandeira brasileira que velava o presente e, a seguir, brindou-se com champanhe. As fotos não escasseiam, e num par delas vaza a imagem do jovem negro e magro, espreitado entre o líder da nação e seu máximo opositor, Alfonso Arinos, entre os irmãos Pereira e notáveis escritores.

¹⁶ Rachel de Queiroz assim retratava Sebastião Macieira: "Sebastião era o nosso amigo pessoal, nosso intermediário junto ao José; estava sempre lá, presente. Não chegava a ser secretário, porque ele não escrevia cartas. Mas ele era o, digamos... *factótum*, fazia as coisas (...). Eu acho que o José Olympio ficou pobre, uma das razões, porque ele jogava muito. Perdia muito no jogo. Sebastião é quem fazia as apostas. Das namoradas do José, depois que ele se divorciou, nós nunca soubemos de ninguém. Quem sabia era Sebastião (...). Mas era uma presença constante que nós queríamos muito bem. E até hoje quando ele vem trazer os meninos para o Rio, a gente se encontra e se vê. E do José ele foi um companheiro inseparável. Quando José adoeceu, ficou morando sozinho naquele apartamento da Glória. A casa praticamente vendida, ele já bastante doente, Sebastião foi um escudeiro fiel. A vida dele era a editora. Com a morte da editora..." Entrevista com Rachel de Queiroz, fevereiro de 1997.



Novembro de 1952. Em visita oficial à editora, o Presidente Getúlio Vargas descobre a placa de bronze comemorativa dos 50 anos de vida de José Olympio. Acima da placa, volumes da *Coleção Documentos brasileiros* em encadernação de luxo.



Da direita à esquerda: José Lins do Rego; Afonso Arinos; Dinah P. de Queiróz; Sebastião Macieira; pessoa não identificada e Getúlio Vargas.

3. "Caro colega Presidente": montagem e desintegração de uma história

O arquivo da editora José Olympio foi organizado e cuidado por Altamir Calmon. Ele inventariava, rotulava, classificava, transmitia a crença nas propriedades identitárias do acervo. Quando em 1964 a empresa finalmente pôde construir, sempre auxiliada pelos poderes de plantão, um prédio de cinco andares em Botafogo, o arquivo e a biblioteca foram instalados no quarto andar, núcleo de nobreza cultural da *Casa*. Em um amplo salão de uns 15 metros de comprimento, uma grande mesa estava disposta, em posição central, para as reuniões dos conselhos editorial e financeiro. Dois flancos estavam cobertos pela biblioteca, que continha os volumes encadernados, numerados e ordenados cronologicamente de todas as edições e reedições que o selo publicou desde sua origem. Outra das laterais dava lugar ao arquivo. A mesa, a biblioteca e o arquivo formavam o cenário das fotografias do conselho, um ambiente que formalizava a imagem do poder da empresa cultural.

Quando a Livraria José Olympio Editora foi comprada por Sérgio Henrique Gregori e pela empresa Xerox, em 1983, essa sala foi subdividida com paredes sintéticas, de modo a dar lugar a salas de aula para cursos de inglês para executivos. A editora foi comprimida. A biblioteca foi armazenada em caixas e o arquivo despejado para o subsolo, ambos atrás da garagem. Pouco tempo depois, Altamir morreu.

A funcionária que o substituiu só permaneceu um par de anos. Foi graças a esse vazio que a atual administração voltou a chamar Sebastião. Os herdeiros de Gregori desvincularam a editora da Xerox, empresa proprietária da sede histórica. A editora passou a trabalhar num apartamento da Glória, onde já não há espaço para um arquivo nem para uma biblioteca. Sebastião muitas vezes solicitou um melhor cuidado, espaço e condições materiais para que a biblioteca e o arquivo não fossem comidos pelo tempo e a poeira, como os restos de qualquer espólio cultural.

A julgar pelas evidências comparativas, a atitude da atual editora José Olympio para com o arquivo é a norma de quase toda empresa cultural: o arquivo é uma reserva de documentos úteis para administrar assuntos financeiros, jurídicos, produtivos. A constituição dessa classe de arquivos não é guiada por objetivos patrimonialistas. O interesse em preservar a memória da edição não nasce dos próprios editores. A explicação deste fato tem relação com as representações do editor e sua função no mundo cultural: o editor está para o escritor como o mercado está para a cultura. Se, desde que foi organizada como mercados de bens simbólicos, a cultura se define como negação da economia,¹⁷ a presença do editor como ator dos cenários literários põe em risco as crenças mais firmes sobre o gênio criador e seu poder de representação das grandezas simbólicas da nação. É "natural" que a história literária acompanhe as primeiras formulações sobre a cultura nacional.¹⁸ A escrita da história editorial parece, em troca, um artifício acadêmico cuja visibilidade começa a irromper timidamente. É raro, portanto, que surja um museu ou arquivo da edição. É muito provável, em contraposição, que haja um museu da literatura. A decalagem entre estudos sobre o mundo editorial e literário não está livre de consequências cognitivas. A história, a antropologia, a sociologia da edição podem restaurar relações simbólicas, econômicas, políticas comumente abolidas, vigiadas, mantidas à distância pela crítica literária, atrelada ao texto como universo, como epistême.¹⁹ O contraste entre editores e escritores, entre a história literária e a história da edição aclara as particularidades dos obstáculos a serem vencidos por nossas pesquisas. Em minha visão, o conhecimento do mundo editorial dificilmente pode ser logrado sem rupturas com os esquemas do senso comum acadêmico sobre a literatura em particular e a Cultura em geral. A invisibilidade do editor pode ser homóloga à descrita por Venuti sobre o tradutor: essa é uma condição para a iluminação do autor como gênio criador.²⁰

Sob este panorama, deve se admitir que boa parte das possibilidades e vantagens de estudar a história do campo editorial brasileiro a partir de um estudo da Livraria José Olympio se vincula a seu lugar na formação do panteão literário nacional. Meses depois de começar a indagação do material do arquivo da Penha, soube da existência de um acervo "José Olympio" no Museu Literário da Casa Rui Barbosa. Que diferenças guardavam um arquivo e outro?

No início dos anos setenta Plínio Doyle, que tinha sido o advogado da editora José Olympio nos

17 Pierre Bourdieu. "La production de la croyance. Contribution à une économie des biens symboliques". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n° 13 (1977), pp. 3-44.

18 Anne-Marie Thiesse. *La création des identités nationales. Europe XVIIIe - XXe siècles*. Paris: Seuil, 1999.

19 Mas não necessariamente os estudos sobre o mundo editorial problematizam esse mundo como espaço dotado de autonomia relativa, como realidade não especular à vida literária. Muitos trabalhos observam o mundo editorial apenas como novo território para compreender a formação do cânone literário.

20 Lawrence Venuti. *The translator invisibility*. London – New York: Routledge, 1995. Estas premissas não procuram abrir ou reproduzir uma brecha ou dicotomia entre literatura e sociologia, entre escritores e editores, entre texto e contexto, senão integrar o que tende a ser separado pelos esquemas dominantes das humanidades e das ciências sociais desde muito tempo atrás. Chartier assim ilumina este problema: "Para desplazar de tal modo la frontera trazada entre las producciones y las prácticas más ordinarias de la cultura escrita y la literatura, considerada un campo particular de creaciones y experiencias, es necesario acercarse lo que la tradición occidental alejó en forma duradera: por un lado la comprensión y el comentario de las obras; por otro lado, el análisis de las condiciones técnicas o sociales de su publicación, circulación y apropiación. Existen varias razones para esta disociación: la permanencia de la oposición entre la pureza de la idea y su inevitable corrupción por la materia, la definición del copyright, que establece la propiedad del autor sobre un texto considerado siempre idéntico a sí mismo, sea cual fuere la forma de su publicación, o, incluso, el triunfo de una estética que juzga las obras independientemente de la materialidad de su soporte". Chartier 2006, *op. cit.*

primeiros trinta anos da empresa, saía de seu posto como Diretor da Biblioteca Nacional para presidir a Casa Rui Barbosa. Ali reuniu condições para tornar realidade uma ideia que Carlos Drummond de Andrade teria feito pública num dos famosos almoços semanais na casa da Casa José Olympio: fundar um museu com objetos, documentos, registros não editados de gente como eles, “que tinham feito a cultura de uma nação”. Nos anos sessenta, a José Olympio era uma poderosa sociedade com capitais na Bolsa, onde a palavra história era valorizada sob os cuidados de Altamir Calmon, o meticuloso arquivista. Problemas financeiros, internos e externos, derrubaram a empresa em poucos anos e, na segunda metade da década de 1970, a editora só subsistia graças à salvação aplicada pelo Presidente Geisel a um Patrimônio Cultural da Nação. A editora foi adquirida e saneada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Sem o controle total da nave, José Olympio sofreu uma forte fase depressiva, desmoronou ao ritmo do esvaziamento do catálogo. Os amigos o rodearam e, para reanimá-lo, lhe mostraram sua história. Ele tentou, como pôde, escrever memórias em forma de cartas aos presidentes, anedotas para seu neto José Olympio, confissões sobre coisas que só ele viu no seio do poder.

Em uma carta de dez páginas redigida em 25 de fevereiro de 1986, José Olympio revelava ao Presidente José Sarney, familiares e entorno:

«Estou escrevendo um livro de Memórias Políticas, que pretendo concluir antes de ir para o lado de lá. Os originais ficarão lacrados na Casa Rui Barbosa, onde já se acham 70% da minha correspondência (...) Com tudo isso, minhas memórias políticas contem tantas indiscrições, tanta coisa reservada (...) que meu livro somente poderá ser publicado a partir da primeira semana do Século XXI.»

Entre 1982 e 1988, José Olympio escrevia longas cartas a presidentes da República, especialmente Figueiredo e Sarney, nas quais resumia passagens anedóticas de sua convivência com amplos elencos de figuras do mundo político e literário a que se foi unindo desde os tempos da paulistana Livraria Garraux. As cartas transmitem as dificuldades para «escrever um livro» de um editor que em sua trajetória não se submeteu a qualquer filtro «regular» de um sistema escolar-intelectual. Sentindo o fim da vida, as memórias inéditas eram confiadas às máximas pessoas do poder nacional, junto aos quais José Olympio se sentia um igual, alguém que cumpriu uma missão para o Brasil, para todos. Por isso confessava suas memórias aos Presidentes aos que tratava como colegas, como amigos. Assim começava, por exemplo, uma carta datada no Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1986 : « Meu caro colega e Presidente Jânio Quadros ».

Foi Plínio Doyle, advogado, bibliófilo e colecionador de originais, quem convenceu José Olympio para que doasse o seu arquivo. Assim, um grande volume de cartas, algumas fotografias, o banquinho de Graciliano Ramos, umas estantes da ex-biblioteca do acadêmico Alfredo Pujol foram depositadas na Casa Rui Barbosa. A seleção de documentos e objetos foi encarregada a Altamir Calmon. Incluiu um apreciável conjunto de cartas, predominando aquelas entre editores e escritores de renome. Na Penha, arquivo sem nobreza, restava tudo o que fossem correspondências com outros agentes do mundo do livro (p.e.: editores do exterior, fornecedores de matérias primas), pastas com as matérias primas para a produção dos livros (p.e.: capas, recortes de jornais sobre a recepção dos autores, de onde se extraíam as mensagens que recheavam as abas, contracapas e primeiras páginas, com as quais a editora controlava um volume de informações externas ao texto do autor e orientava sua apropriação possível), etc. Em

pastas classificadas por autores, títulos, funções técnicas, jurídicas, contábeis, havia documentos preciosos sobre os atos de trabalho diário da editora. Mas na Penha ainda jazia outra apreciável quantidade de cartas a escritores e políticos, fotografias, retratos da vida pessoal do editor, da sua família, dos amigos. A diferença entre ambos os arquivos José Olympio abona as afirmações sobre a subordinação simbólica da edição com relação à literatura: "desde os pontos de vista nativos", poderia se dizer que o arquivo José Olympio do Museu é literário e o arquivo da empresa é administrativo. O Arquivo José Olympio da Casa Rui Barbosa seria um acervo para a história literária. O arquivo da Penha, um acervo administrativo, para as funções correntes do trabalho editorial. De uma perspectiva histórica e antropológica, representam fragmentos de uma totalidade a reconstruir. Com mirada arqueológica,²¹ os locais dos arquivos, a materialidade dos seus objetos (escritos, móveis, imóveis), eram as primeiras pistas para se fazer o inventário da evolução da José Olympio como empresa cultural. Os vestígios transmitiam grandezas temporais, poder, mas também decadência e desintegração.²²

O material para uma história da Livraria José Olympio era farto. Mas a sua utilização foi orientada pelos problemas sociológicos do projeto. Eu devia integrar a trajetória de José Olympio e de sua editora com as práticas dos outros editores concorrentes em diferentes momentos. Com exceção de Monteiro Lobato, para o resto dos editores do período, as trajetórias podiam ser fragmentadamente recuperadas em Hallewell, Miceli, Pontes, Lima.²³ Estes trabalhos permitiram contar com reflexões gerais, levantamentos estatísticos parciais, análises de certos casos em profundidade. Junto com esses estudos, fiz uso de um conjunto de memórias, biografias e crônicas. Também fiz apelo à memória de pessoas que viveram de perto a história da Livraria José Olympio: Rachel de Queiroz, Plínio Doyle, familiares, amigos, funcionários da Casa. Não sendo suficientes as histórias escritas e os testemunhos, a materialidade dos próprios livros guardava indícios sobre as tensões entre editores, escritores, tradutores, diretores de coleções, prefaciadores e todas as figuras que confluem na aparição de um objeto impresso. Assim reconstruí catálogos, estratégias de publicidade, o peso relativo dos livreiros, dos distribuidores, do jornalismo e de políticas públicas relativas ao mundo editorial. A leitura deste conjunto de materiais permitiu compor imagens sobre a diferenciação do mundo editorial brasileiro à medida que José Olympio fazia o seu lugar e renome. Esse conjunto, certamente, não era auto-evidente no arquivo, era a consequência apenas da construção de um problema de pesquisa que abriu caminho entre as estruturas conceituais e empíricas do possível e partiu em busca de descobertas sobre o impensado.

4. Conclusões

Talvez com o sentimento de missão cumprida, como se o seu destino tivesse sido estritamente cuidar do arquivo JO, desse signo da história de um capítulo central da memória brasileira, Sebastião Macieira parece ter morrido meses antes ou meses depois da doação do arquivo à Biblioteca Nacional.

Devido ao fato de os arquivos José Olympio serem condicionados pela história que aqui relatei,

21 Faço referência à disciplina arqueológica e não à indagação foucaultiana sob os perigos e poderes das formações discursivas. O "protocolo" de pesquisa em arqueologia obriga a um rigor na produção dos registros de campo não ensinado em igual grau nas ciências sociais. Marco esta diferença como homenagem a Luiz de Castro Faria, com quem compartilhava uma formação na tradição da "antropologia geral" que nos fazia comentar coisas sobre o que não era olhado pelos antropólogos brasileiros atrelados à tríade das "ciências sociais".

22 Nos anos sessenta, no tempo em que essa totalidade existia em um lugar determinado, que podia ser observada em todas suas dimensões, não era possível o aparecimento de um pesquisador atento ao que girava em torno da Casa José Olympio nem ao potencial heurístico do mundo editorial. Ao visualizar esse paradoxo, torna-se nítido o sentido da tristeza pensada por Claude Lévi-Strauss: o estado fragmentado e de decomposição das realidades etnográficas sob observação e o esforço de reconstituição de totalidades que desmancham antes da chegada do etnógrafo, formam o "triste" dilema que deu e dá sentido à antropologia como ciência. Claude Lévi-Strauss. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, 1955.

23 Hallewell (*O livro*. 1985 *op. cit.*); Miceli (*Intelectuais*, 1979, *op. cit.*); Pontes ("Retratos...", 1988, *op. cit.*); Yone Soares de Lima. *A ilustração na produção literária*. São Paulo - década de vinte. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1985.

considero que a etnografia histórica desses arquivos (como a de qualquer outro), é a pedra basal para uma reflexão mais ampla sobre o complexo, ambíguo, poderoso e arbitrário lugar dos arquivos para a história sociológica ou antropológica da escrita, do mundo impresso, dos intelectuais, da circulação das ideias no mundo contemporâneo. Para isso se deve partir da intenção primária de duvidar dos arquivos e tratar seus documentos com o mesmo estatuto com que abordamos as marcas materiais dos textos.

A historização da pesquisa feita e das mudanças do espaço disciplinar dos estudos sobre o livro e a edição, permitiu considerar as variações das condições de possibilidade da indagação dos arquivos José Olympio. Decanta, entre outras coisas, o paradoxo de que quanto maior é a quantidade de arquivos descobertos e disponibilizados (processo de institucionalização), maior é a imposição daquilo que Lévi-Strauss chamava de modelos conscientes, isto é, estruturas de controle sobre os conteúdos dessas histórias documentais, das culturas a que remetem. Essas estruturas criam filtros sobre as lentes do historiador, podem enturvar o olhar, impedir chegar ao inconsciente profundo da atividade editorial, às estruturas singulares / universais que lhes são próprias. Essa advertência só pode ser percebida se considerarmos os arquivos não apenas como espaços documentais, mas, principalmente, como espaços sociais, como fatos sociais. Entre o pesquisador e o documento sempre há pessoas; o arquivo sempre supõe a mediação de agentes específicos: guardiões, arquivistas, empregados. Antes de devir uma relação intelectual, o vínculo interpretativo do pesquisador com o documento supõe uma relação social que não pode ser obviada nos atos de conhecimento. Quanto maior é o grau de institucionalização do arquivo, maior é o número de dispositivos classificatórios que compõe e orienta a relação do pesquisador com o documento: inventários, catálogos, bases informáticas, ambientes carregados de sinais. Assim, o arquivo abre portas para o conhecimento e fecha muitas outras.

A cada problema de pesquisa construído, pois, deveriam corresponder diferentes configurações documentais, diferentes arquivos (objetiva e metaforicamente falando). O arquivo também está, então, na mente do pesquisador. Se este tiver reais competências, diante da aparente falta de acervos documentais, a indagação sistemática conduz, cedo ou tarde, à descoberta de fontes. Assim como ocorre com qualquer texto, a leitura de um arquivo nunca será idêntica entre dois pesquisadores.

Os nomes das empresas editoras que correspondem aos arquivos que vem sendo descobertos (José Olympio, Companhia Editora Nacional, Francisco Alves, Melhoramentos, Civilização Brasileira), advertem sobre o fato que a existência de fontes documentais vai colada à consagração das empresas. Portanto, induzem a complexas manobras de pesquisa para não isolar esses casos encantados pelos documentos recuperados, já que isso obscurece a possibilidade de pensar naquelas experiências editoriais que não deixaram rastros materiais de sua atuação, mas que também jogaram como agentes com pesos específicos nos campos das relações sociais que envolveram e explicam àqueles casos dominantes. É por isso que o risco da monumentalização do arquivo, o risco de tornar esses casos descobertos como paradigmáticos, como a história possível, está associado aos mesmos riscos da ilusão biográfica.

Um arquivo, por outro lado, nunca foi tal e qual o historiador o percebe no seu presente. A mudança na sua configuração ao longo do tempo deve orientar o olhar para os agentes que produziram e alteraram os conjuntos documentais. Assim, meu trabalho buscou demonstrar até que ponto os arquivos são o produto de ações humanas que se não são consideradas, levam a um efeito de encantamento documental frente ao qual temos de nos dotar de estrita vigilância. A formação, crescimento, desintegração e desaparecimento de arquivos informam os ciclos de vida que criam. O teor de sua

exposição, de sua disposição para serem utilizados de diversos modo (no foro íntimo, de forma pessoal, não intencionada, de modo público, restrito ou aberto, etc.), os marcam como entidades materiais abertas à produção de história e de memória.

O paradoxo dos arquivos preservados e custodiados em instituições apropriadas está marcado pelo perigo de dissecar a imaginação de um pesquisador, que pode ter dificuldade em restituir uma totalidade material que deve ser imaginada como produto de lugares vividos e usados em diferentes tempos da própria atividade do agente ou grupo social envolvido na sua existência, a exemplo de uma editora, no caso que aqui serviu como meio para minha reflexão. Por isso é que a atitude de pesquisa ideal ganha a forma de um etnógrafo fazendo trabalho de campo, sujando as mãos na terra da história, e não a imagem de um erudito de gabinete. O "meu Neuchâtel", definitivamente, também foram "minhas Trobriand".

Desse modo, chegamos ao resultado iniludível da sociologia reflexiva proposta que permite interpretar a própria relação do pesquisador com seu objeto de indagação. Esta seria a condição para objetivar o seu ponto de vista, as razões práticas das suas condições de interpretação, e enriquecê-lo com a progressão dos esforços individuais e coletivos de generalização do conhecimento.